



A GOVERNAMENTALIDADE DOCENTE: INTERIORIZAÇÃO E SUBJETIVAÇÃO DO CONTROLE

MIRA, Bruno¹.

RESUMO: O presente artigo tem como objetivo apresentar uma visão geral sobre a interiorização e subjetivação da governamentalidade no trabalho docente. Em um primeiro momento será definido o conceito de governamentalidade desenvolvido por Michel Foucault em seus cursos no Collège de France e também os trabalhos de Thomas Luckmann e Peter Berger sobre a interiorização e subjetivação do conhecimento. Em um segundo momento, será brevemente discutido o papel do medo nas políticas atuais da educação e como essas políticas exercem o controle na prática docente, levando os professores a serem administradores de si mesmos. Através destes procedimentos de análise, pretendemos demonstrar as estratégias e exercícios da governamentalidade sobre a vida dos professores.

Palavra-chave: governamentalidade; prática docente; controle; subjetivação; interiorização.

ABSTRACT: This paper aims at presenting a general overview of the interiorization and subjectiveness of governmentality in the professorial work. In the first part, the concept of governmentality developed by Michel Foucault will be exposed, in accordance to his courses at Collège de France; and also the works of Thomas Luckmann and Peter Berger about the interiorization and subjectiveness of knowledge. In the sequence, the role of fear in the current educational politics will be discussed as well as how these politics take some sort of control over the professorial practice, leading teachers to become administrators of them selves. Through the analysis procedures, we intend to demonstrate the strategies and exercises of governmentality on teacher's lives.

Keywords: governmentality; professorial practice; control; subjectiveness; interiorization.

¹ Bruno Cesar Costa Ribeiro Mira, graduado em História pela FFCL (Faculdade de filosofia ciências e letras de Ituverava-SP) e em Ciências Sociais IFTM (Instituto Federal do triângulo mineiro) campus Uberaba/MG brunomira3@hotmail.com



INTRODUÇÃO

No mundo contemporâneo, trabalho e individualidade se conectam, levando a novas problematizações sobre a vida. A educação disciplinar, analisada por Foucault, exigia do professor grande perspicácia para a imposição das normas exigidas. A disciplina era tanto atribuída aos alunos quanto aos professores, que tinham normas, números e condutas cobrados pelos supervisores de ensino. Deleuze (1991) em seu breve ensaio sociedade do controle, afirma uma mudança sobre as práticas e normas que começam a ser mutáveis e descentralizadas do ambiente panóptico, que segundo Foucault (2009) necessita de pouca manutenção sobre o olhar disciplinador. O controle é exercido em ambientes abertos e situações corriqueiras, que perpassam a vida social e individual.

A governamentalidade seria característica da política neoliberal, levando os indivíduos ao próprio autogoverno. Foucault em seu curso no *college de France*: segurança, território, população, descreve essa mudança de perspectiva, sobre as práticas de governo, levando ao desenvolvimento de técnicas em que o indivíduo governaria a si mesmo. Usando o breve estudo sobre a sociedade de controle, desenvolvido por Gilles Deleuze e o conceito de governamentalidade desenvolvido por Michel Foucault, será discutido brevemente, algumas formas de controle, desenvolvidos na contemporaneidade sobre as práticas docentes. Também será usado o trabalho de Thomas Luckmann e Peter Berger: o conhecimento social da realidade, para descrever a interiorização e subjetivação das práticas docentes, levando ao desenvolvimento da governamentalidade. Serão brevemente discutidas, algumas estratégias sobre o papel do medo nas políticas atuais, levando os professores a serem administradores de si mesmo, desenvolvendo o controle contínuo sobre sua subjetividade.



GOVERNAMENTALIDADE: DEFININDO PARAMETROS

Para um entendimento sobre o autogoverno docente, ou como Foucault descreve muitas vezes de governamentalidade é preciso delimitar o conceito e principalmente sua área prática. Foucault começa usar o conceito de governamentalidade, a partir do seu curso no Collège de France: Segurança, Território, População de 1977-1979 e posteriormente no curso: O Nascimento da Biopolítica 1978-1979:

Por esta palavra, “governamentalidade”, entendo o conjunto constituído pelas instituições, os procedimentos, os procedimentos, análises e reflexões, os cálculos e as táticas que permitem exercer essa forma bem específica, embora muito complexa, de poder que tem por alvo principal a população, por principal forma de saber a economia política e por instrumento técnico essencial os dispositivos de segurança. Em segundo lugar, por “governamentalidade” entendo a tendência, a linha de força que, em todo o ocidente, não parou de conduzir, e desde há muito, para a preeminência desse tipo de poder que podemos chamar de “governo” sobre todos os outros-soberania, disciplina e que trouxe, por um lado, o desenvolvimento de toda uma série de aparelhos específicos de governo (e, por outro lado), o desenvolvimento de toda uma série de saberes. Enfim, por “governamentalidade”, creio que se deveria entender o processo, ou antes, o resultado do processo pelo qual o estado de justiça da Idade Média, que nos séculos XV e XVI se tornou o estado administrativo, viu-se pouco a pouco “governamentalizado” (FOUCAULT, 2008, p. 143,144).

O conceito de governamentalidade é dividido em três eixos de análises. Não é um conceito simples de especificar, pois sua construção como discurso e sua área prática passa pelas duas fases anteriores de Foucault. [...] “Foucault do Ser-Saber [...] As palavras e as coisas 1966 e Arqueologia do saber 1969 [...] e o segundo Foucault [...] Vigiar e Punir 1975 [...]” (VEIGA-NETO, 2011 p. 06). Uma das principais perspectivas analisadas por Foucault e usadas no presente artigo é a relação do indivíduo consigo mesmo, possibilitando seu controle, repressão e



auto-disciplinamento. [...] “utilizar mais táticas do que leis, ou utilizar ao máximo as leis como tática”. (FOUCAULT, 2007, p. 284) Disciplinar a partir de si mesmo, esse vem a ser o objetivo da política de estado a partir do sec. XVIII. Muito mais que sancionar decretos ou impor leis, pela mecanização do disciplinamento (não que a disciplina ou o governo soberano tenha acabado, ele continua como focos de atuação secundários) como Foucault descreve em *Vigiar e punir* 1975:

Governamentalidade refere-se, portanto, às formas como conduzimos os outros e somos conduzidos; às formas como governamos e somos governados; refere-se à relação entre o governo de estado, dos outros e de si mesmo. (PARÁISO, 2005, p.178)

A governamentalidade não se encontra demarcada em campos específicos de conhecimento, a noção de governo de si mesmo passa a ser sedimentada na sociedade em anúncios, virtualidades, conhecimento, disposição e governo. Nas mais relativas ações do poder interpessoal, as pessoas se encontram analisadas, e julgadas por si mesmas, em um contexto global de disputa acirrada pelo seu lugar ao sol, é preciso se autopunir, autovigiar, autoanalisar. Não há descanso ou fuga é preciso ser o empresário de si mesmo, apenas dessa maneira é possível vencer, sem nunca se estabilizar.

INTERIORIZAÇÃO E SUBJETIVAÇÃO DO AUTO GOVERNAMENTO

Muitas são as formas descritas para se objetivar uma função até seu processo mecânico. Marx desenvolveu o conceito de alienação “E a alienação de si mesmo não é apenas uma entre outras formas de alienação, mas a sua própria essência e estrutura básica” (BOTTOMORE, 1988, p. 05) Marx descreve o processo de alienação como uma consequência do trabalho fabril, ou seja, começa sempre nas fabricas, e se prolonga pela vida do sujeito. Antônio Gramsci, partindo um pouco além do seu “mestre”, chamou o processo de



interiorização subjetiva de hegemonia. “A hegemonia vem da fábrica e, para ser exercida, só necessita de uma quantidade mínima de intermediários profissionais da política e da ideologia” (GRAMSCI, 2001, p. 247-248). Gramsci defende a hegemonia como um processo duplo, ele começa na fábrica como defendia Marx, mas indo um pouco mais além, o autor elabora a noção de revolução passiva, que seria uma co-participação, da política e intelectuais incentivando com discurso e modelos as vantagens e possibilidades em se assumir determinada identidade. Esses benefícios seriam concedidos em formas de créditos, e objetos de consumo, que de uma maneira superficial, o trabalhador se sentiria “outro” diferente dos paupérrimos trabalhadores de outros setores.

Foucault, discutindo sobre a governamentalidade, não descarta as possibilidades de interiorização na análise marxista, Foucault recusa apenas a visão totalizadora e reducionista marxista, que defende que todo processo de mudança inicia-se a partir dos modos de produção. Thomas Luckmann e Peter Berger defendem outra perspectiva, descrita em sua obra: A construção social da realidade. Os autores defendem o entendimento social como um processo dialético. “[...] se a sociedade for entendida em termos de um processo dialético em curso, composto de três momentos, exteriorização, objetivação, interiorização” (LUCKMANN; BERGER, 2007, p. 173). Segundo os autores, a interiorização das funções começa na primeira infância, com a socialização da família.

A socialização primária é a primeira socialização que o indivíduo experimenta na infância, e em virtude da qual se torna membro da sociedade. A socialização secundária é qualquer processo subsequente que introduz um indivíduo já socializado em novos setores do mundo objetivo de sua sociedade. (LUCKMANN; BERGER, 2007, p. 175)

Com a socialização secundária, pode ocorrer dos indivíduos interiorizarem normas e funções de forma que não se torne subjetivo. Mas esse



processo de subjetivação “artificial” da socialização secundária torna-se mais difícil, sendo que muitas vezes o círculo social que o sujeito se encontra objetiva suas normas além das fronteiras do trabalho ou mesmo da norma exercida. “A conservação e a confirmação da realidade implicam, assim, a totalidade da situação social do indivíduo [...]” (LUCKMANN; BERGER, 2007, p. 201). Segundo os autores, é preciso o reconhecimento da interiorização secundária além das fronteiras da norma exercida. Esse reconhecimento também é descrito por Gramsci no papel dos intelectuais.

Cada grupo social, nascendo do terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo, de um modo orgânico, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função não apenas no campo econômico, mas também no social e no político. (GRAMSCI, 1982, p. 03)

Os intelectuais seriam a conexão da socialização secundária objetivada, e o reconhecimento por parte dos outros de seu papel adquirido. Com a socialização secundária subjetivada, a governamentalidade adquire sentido e localidade. “O governo, portanto, age sobre o governo de si mesmo ou ‘conduta’ das pessoas. Esse governo de si mesmo não é algo natural, mas algo criado como tal” (SIMONS; MASSCHELEIN, 2011, p. 123). Partindo de uma perspectiva sobre o micro, pode-se obter o posicionamento do indivíduo segundo sua identidade adquirida, sendo importante destacar que a identidade nunca é algo formado concretamente estanque no tempo, mas sim algo dialeticamente formado, sempre um vir a ser, ou seja, um eterno devir². O reconhecimento exterior e subjetivo da identidade leva ao que Foucault descreve como governamentalidade, levando o sujeito a se autopolicar, com insistente esforço, já que sua identidade se encontra ocupada na relação de poder entre outros indivíduos e identidades.

² “Devir é nunca imitar, nem fazer como, nem se conformar a um modelo, seja de justiça ou de verdade. Não há um termo do qual se parta, nem um ao qual se chegue ou ao qual se deva chegar. Tampouco dois termos intercambiantes”. (DELEUZE, 1998, p.08)



Pois a relação consigo não permanecerá como zona reservada e guardada do homem livre, independente de todo “sistema institucional e social”. A relação consigo entrará nas relações de poder, nas relações de saber. Ela reintegrará nesses sistemas dos quais começara por derivar. O indivíduo interior acha-se codificado, recodificado num saber “moral” e, acima de tudo, torna-se o que está em jogo no poder [...] (DELEUZE, 2011, p. 110).

Deleuze, descrevendo a subjetivação de Foucault, reconhece a instabilidade, tanto da identidade subjetivada, quanto a relação de poder ao qual o sujeito fica exposto demarcado e redistribuído nas diferentes configurações de poder. Com esse relacionamento entre as diversas identidades constituintes do governo de si e dos outros, cada vez mais, o autogoverno se manifesta como um posicionamento de autoafirmação de poder. “O sucesso não é possível sem um longo e dedicado esforço e uma boa dose de auto sacrifício”. (BAUMAN, 1999, p.217) O governo de si e as manifestações de controle na subjetivação de identidades, segundo Foucault, firma-se através de suas práticas.

Com o trabalho docente em nível elementar e médio, as atribuições de devires dos professores são controladas pela complexa estrutura burocrática escolar, mas é realmente o devir consigo mesmo e o autogoverno que prepondera em níveis extremos sobre a vida e trabalho do professor. Cursos, palestras, críticas; tudo adquire afirmações e reafirmações do dever do papel social ocupado pelo professor, em todos os momentos, situações e lugares. O papel social do professor readquire afirmação, sobre o próprio sujeito-individual, graças à governamentalidade exercida exteriormente e interiorizada pelo docente.



O INDIVIDUO COMO EMPRESA

O governo do mundo contemporâneo consiste em adquirir a forma de liberdade, deixando a sociedade, acreditando que realmente é livre para fazer, pensar e ir onde desejam. Deleuze, em seus últimos escritos, começa a discutir o que ele chamava de sociedade do controle. Diferente do controle disciplinar, discutido por Foucault em *Vigiar e Punir*, “O homem da disciplina era um produtor descontínuo de energia, mas o homem do controle antes ondulatório, funcionando em órbita, num feixe contínuo” (DELEUZE, 2008, p. 223) que hoje o poder torna-se flexível e mutável em todas as instâncias da vida.

O que está ocorrendo é uma reinscrição de técnicas e formas de saberes, competências, expertises, que são manejáveis por “expertos” e que são úteis tanto para a expansão das formas mais avançadas do capitalismo, quanto para o governo do estado. Tal reinscrição consiste no deslocamento e na sutileza de técnicas de governo que visam fazer com que o estado siga a lógica da empresa. Pois transformar o estado numa grande empresa é muito mais econômico, rápido, fácil, produtivo, lucrativo. Isso sem falar que as próprias empresas principalmente as grandes corporações, têm muito a ganhar com o empresariamento do estado. (VEIGA-NETO, 2000, p. 92,93)

Com essa administração do estado como empresa, às relações sociais se fragmentam, sendo suas consequências culpa dos próprios indivíduos, que não conseguem se autogerir e correr atrás de seus prejuízos. A busca por felicidade, bem estar, e conquistas, estão todas centralizadas nas escolhas do indivíduo, sendo suas frustrações e falhas, consequências do seu não comprometimento. Na sociedade disciplinar, os indivíduos eram concebidos em lugares fechados, com intensa monitorização e disciplinamento corporal; o disciplinado tornava-se algo concreto, concebido para determinada função prática. Diferente da contemporaneidade, que nada se acaba, tudo passa a ser um eterno vir a ser, nunca estanque, nunca imóvel, nunca livre de si mesmo.



Esse elo das tecnologias de si com as novas estratégias governamentais de controle, o 'autocontrole voluntário' dos indivíduos, manifesta-se em todos os níveis do sistema educacional: no nível dos processos de aprendizagem individuais (por intermédio dos quais os participantes dos processos educacionais devam ser transformados em empresas eu- Ltda); no nível de arranjos metodológico-didáticos (usando-se cada vez mais as formas soft pós-fordistas de regulação); e finalmente, no nível institucional (dado pela reconstrução das instituições educacionais como agências lucrativas orientadas ao mercado, tomando o conhecimento como mercadoria) (SIMONS; MASSCHELEIN, 2011 p. 129)

Articulados no social, ou no virtual, tudo depende das escolhas do vivenciar, cada vez mais seus ofícios, programando seu autogerenciamento, em uma intensidade nunca antes vivenciada. Os estudos, cursos, especializações, compromettimentos não necessitam mais da presença física, basta se conectar no conforto do lar, e se especializar. Nada foge dos anseios do autogovernar, que mais do que nunca, necessita ser refletidos e executados a todo o momento.

O MEDO

Com a instabilidade do mercado concorrencial, das pessoas bem sucedidas, que ensinam o autogerenciamento para o sucesso, por meio de livros, entrevistas, palestras, reuniões, mostrando que só não são bem sucedidos aqueles que não querem. Com essa governamentalidade contaminando a esfera docente, o medo passa a ser outro elemento decisivo para os indivíduos. “[...] a zona de sombra criada pelo medo é parte da vida social e política” (NOVAES, 2007, p. 09). Para o controle pleno e permanente, o medo tem papel fundamental no desenvolvimento das funções. “Compreendido como método revelador, espera-se dele proporcionar o saber daquilo que pertence invisível, ou seja, o bem e o valor” (FROGNEUX, 2007, p. 189). O medo funciona em todas as instâncias de aperfeiçoamento do autogoverno, se manifestando na prática docente, na incessante busca do próprio desenvolvimento, se aperfeiçoando por meio de cursos, vídeos, palestras etc.



O medo locomove o professor a se autodesenvolver de maneira exaustiva, por medo de perder seu emprego, para alguém melhor preparado. No ambiente escolar, os discursos sobre a falta de professores na rede pública, ou “ninguém quer ser professor” contrastam com a aparente realidade de que, mais do que nunca, com o fácil acesso as universidades, o que não falta no mercado é professor. Com isso, os docentes já empregados e os recém-formados, que formam ouvindo os mesmos anúncios, são expostos desde o início de sua formação à governamentalidade docente. O discurso ambíguo de não ter professores é alterado com a situação real de homens e mulheres que correm atrás para a formação docente. O mercado está saturado de professores formados ou recém-formados, o problema consiste na não adequação dos professores a governamentalidade exigida. É nesse círculo vicioso de discursos alternados, entre a realidade da grande procura, e os rodízios de professores na rede pública, que o docente se sacrifica, para permanecer em seu posto de trabalho, buscando incessantemente o seu eterno devir.

O medo não manifesta apenas a repulsa em ser substituído por outro melhor preparado, (muitas pessoas com títulos, frente a uma sala de aula, consistem no próprio desastre da atividade docente, já que passou boa parte de sua formação apenas em cursos de especialização). Sua manifestação impulsiona aos extremos a governamentalidade em seu pleno exercício funcional. Sozinho e contra todos essa é a afirmação constante do medo na vida do professor. O controle é disforme, deslocado de sua função panoptica³ Deleuze afirma a constante observação e controle na prática docente.

O princípio modulador do “salário por mérito” tenta a própria educação nacional: com efeito, assim como a empresa substitui a fábrica, a formação permanente tende a substituir a escola, e o controle contínuo substitui o exame. Este é o meio mais

³ “Esse espaço fechado, recortado, vigiado em todos os seus pontos, onde os indivíduos estão inseridos num lugar fixo, onde os menores movimentos são controlados, onde todos os acontecimentos são registrados, onde um trabalho ininterrupto de escrita liga o centro e a periferia, onde o poder é exercido sem divisão, segundo uma figura hierárquica contínua, onde cada indivíduo é constantemente localizado, examinado e distribuído [...] (FOUCAULT, 2009, p. 187-189)



garantido de entregar à escola a empresa. (DELEUZE, 2008, p.221)

Logo, com a oferta de salário por méritos, as disputas entre os docentes por cursos de especializações ofertados pelas escolas passam a ser disputados com grande veemência entre os docentes. Assim, a interiorização e a dedicação exclusiva a suas práticas acabam por efetivar o controle subjetivo da governamentalidade sobre a vida.

CONCLUSÃO

A educação no mundo contemporâneo parece estar numa grande encruzilhada, seja ela política, metodológica ou teórica. Algumas secretárias de educação, ou mesmo governos estaduais, acabam por colocar o problema estrutural da educação, sobre o julgo dos professores. As políticas e práticas escolares continuam a disciplinar seus professores, mas essa disciplina é remetida para que o próprio professor possa se policiar. Adequar os professores ao ritmo que as escolas querem são partes dos seus projetos. Envolver os docentes nas estratégias e dispositivos que modulam os professores a partir de si mesmo, essa é a governamentalidade exigida na educação. Muitos dos discursos que consistem em ensinar os professores a serem eficientes, a se atualizarem, por vezes são ações benéficas, mas o problema é quando o professor acaba sendo reduzido através do medo de perder seu emprego, a se atualizar sem mesmo usar parte daquilo que aprendeu. Os professores ficam enclausurados nesse tipo de governamentalidade. O medo e o reconhecimento são os dois dos melhores fatores que determinam a fixidez ao modelo exigido. Uma encruzilhada entre o medo de perder o emprego e o reconhecimento em trilhar o caminho certo. Infelizmente fica difícil imaginar em níveis tangíveis de realidade, uma linha de fuga deste modelo totalizante sobre a prática dos professores, em níveis políticos. Para acontecer alguma mudança é necessário o reconhecimento deste tipo de governamentalidade que acontece com o docente,



e com isso a partir da realidade de cada um, formar estratégias e micro resistências aos problemas enfrentados por cada um.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAUMAN, Zigmunt. **Modernidade e ambivalência**. Rio de Janeiro: Zahar, 1999. p. 217

BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro: Zahar, 1988. p.5

DELEUZE, Gilles. **Conversações 1972-1990**. São Paulo: Editora 34, 2008. p. 221

_____. **Foucault**. São Paulo: Brasiliense, 2011. p.110

DELEUZE, Gilles; PARNET, Claire. **Diálogos**. Portugal: Relógio D água, 1998. p.8

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. 23. ed. São Paulo: Graal, 2007. p. 284

_____. **Segurança, território, população**. São Paulo: Martins Fontes, 2008. p. 143-144

_____. **Vigiar e punir**. 36. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2009. p. 187-189

FROGNEUX, Nathalie. **O medo como virtude de substituição**. In: NOVAES, Adauto (org). *Ensaio Sobre o Medo*. São Paulo: SENAC, 2007. p. 189

GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. 4. Ed. Rio de Janeiro: civilização Brasileira, 1982. p. 3-248

LUCKMAN, Thomas; BERGER, Peter. **A construção social da realidade**. 27. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2007. p. 173-201

NOVAES, Adauto. **Políticas do medo**. In: NOVAES, Adauto (org). *Ensaio sobre o medo*. São Paulo: Senac, 2007. p.9

PARAÍSO, Marlucy Alves. **O autogerenciamento de docentes em sua formação e em seu trabalho**. Educação e pesquisa, São Paulo, v. 31, n. 2, p. 173-188, maio/ago, 2005.



SIMONS, Maarter; MASSCHELEIN, Jan. **Sociedade da aprendizagem e governamentalidade: uma introdução.** *Currículo sem fronteiras*, v.11, n1, p. 121-136, jan/jun, 2011.

VEIGA-NETO, Alfredo; SARAIVA Karla. *Educar como arte de governar.* **Currículo sem fronteiras**, v.11, n1, p. 5-13, jan/jun, 2011.